

N. CLASS.....
CUTTER.....
ANO/EDIÇÃO.....

FACULDADE TRÊS PONTAS – FATEPS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
ARIANE MUNHÓS DE OLIVEIRA

A EDUCAÇÃO FORMAL DAS CRIANÇAS CIRCENSES
EM SITUAÇÃO DE ITINERÂNCIA

Três Pontas
2016

FEPESMIG

ARIANE MUNHÓS DE OLIVEIRA

**A EDUCAÇÃO FORMAL DAS CRIANÇAS CIRCENSES
EM SITUAÇÃO DE ITINERÂNCIA**

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Três Pontas – FATEPS como pré-requisito para obtenção do grau de licenciatura sob a orientação da Prof. Me. Thaylor Rodrigues Duarte.

**Três Pontas
2016**

ARIANE MUNHÓS DE OLIVEIRA

**A EDUCAÇÃO FORMAL DAS CRIANÇAS CIRCENSES
EM SITUAÇÃO DE ITINERÂNCIA**

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura em
Pedagogia da Faculdade Três Pontas – FATEPS como
pré-requisito para obtenção do grau de licenciatura, pela
Banca Examinadora composta pelos membros:

Aprovada em: 23 de junho de 2016.

Prof. Me. Thaylor Rodrigues Duarte

Profa. Esp. Scheilla Guimarães

Profa. Ma. Eliane Maria Morais Menegatto

OBS.:

A EDUCAÇÃO FORMAL DAS CRIANÇAS CIRCENSES EM SITUAÇÃO DE ITINERÂNCIA

Ariane Munhós de Oliveira^{*}
Thaylor Rodrigues Duarte^{**}

RESUMO

Este trabalho aborda a importância da escolarização e formação integral da criança de circo, que está inserida no contexto de uma sociedade contemporânea. Tal abordagem se faz necessária devido ao fato que na maioria das vezes as crianças circenses são itinerantes, por vezes ficam excluídas e segregadas do ensino nas escolas por falta de metodologias adequadas e, de inclusão escolar. O objetivo deste trabalho é discutir as leis que estão a favor das crianças em situação de itinerante e verificar sua aplicabilidade no dia-a-dia das mesmas no ambiente escolar, bem como identificar possíveis obstáculos existentes em relação à educação nas escolas. Esse propósito será alcançado através de revisão bibliográfica e estudo de caso na área circense. Com este artigo, são demonstrados suportes para desenvolvimento do conhecimento formal, a relevância da postura da família na integração com a escola e quais são as dificuldades enfrentadas por essa cultura circense, que precisa ser valorizada e reconhecida como, e ser percebida com um ato artístico e cultural.

Palavras-chave: Sociedade contemporânea. Crianças circenses. Inclusão Escolar.

1 INTRODUÇÃO

A educação formal das crianças circenses em situação de itinerância traz a tona, questões relevantes para a educação contemporânea, mas que são pouco discutidas nos meios acadêmicos. A escola como uma instituição social possui o comprometimento com a formação integral dos cidadãos, especificadamente as crianças oriundas de companhias de circos itinerantes.

Este trabalho aborda a importância da escolarização e formação integral da criança de circo, que está inserida no contexto de uma sociedade contemporânea.

^{*} Ariane Munhós de Oliveira - Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia - Faculdade de Três Pontas - FATEPS. Email: arianemunhos@hotmail.com

^{**} Thaylor Rodrigues Duarte – Prof. Me. do Curso de Licenciatura em Pedagogia - Faculdade de Três Pontas - FATEPS. E-mail: thaylor@unis.edu.br

Tal abordagem se faz necessária devido ao fato que na maioria das vezes as crianças circenses são itinerantes. É importante ressaltar também que por vezes ficam excluídas e segregadas do ensino nas escolas por falta de metodologias adequadas e, inclusão escolar.

O estudo discute as leis que estão a favor das crianças em situação de itinerância e verificar a sua aplicabilidade no dia-a-dia das mesmas no ambiente escolar. É possível perceber alguns obstáculos através da pesquisa para a educação formal de crianças circenses, em relação à descontinuidade das atividades na escola, pela necessidade de deslocamento do circo; dificuldades de se encontrar escolas com disponibilidade de vaga; dificuldade para o atendimento especial no trabalho em sala, em relação ao material didático e do conhecimento prévio trazido de outra localidade pela criança; a menor permanência do aluno em uma mesma escola, são fatores que poderão comprometer o conhecimento mais efetivo da mesma.

É imprescindível que haja uma maior conscientização sobre o atendimento às crianças itinerantes, evidenciando as dos Circos, objeto de estudo desse trabalho. É importante, a integração da família com a escola, para o melhor entendimento das eventuais dificuldades a serem enfrentadas pela Educação Inclusiva Circense.

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 Sociedade e Educação

A sociedade é formada por instituições, e a cada uma dessas são atribuídas idiossincrasias distintas, as quais se completam e coadjuvam para a coesão social. E a escola é uma dessas instituições, que segundo Saviani (2001) tem a tarefa de difundir conteúdos, vivos e atualizados, considerado papel primordial do processo educativo.

Ressalva-se, que a educação é o desencadeamento de um processo histórico e cultural, que perpassou por várias tendências pedagógicas. Tais tendências eram criadas e influenciadas pelas mudanças decorrentes do modo capitalista, sempre com privilégios a classe dominante e engodo a classe dominada. A educação ainda está ligada a questões econômicas, culturais e políticas e conforme Pinto (1989 apud SCHAFRANSKI, 2005, p.102) “a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses.”

Percebe-se que um fator que provoca alterações no processo educativo é a globalização, que gera crescimento econômico e cultural, desigualdade social e divisão de classes, as quais possuem inclinações dissemelhantes. Não obstante a educação estar em

constante transformação de acordo com o tempo e o espaço, se encontra vinculada ao esboço de homem e sociedade que se pretende formar através desse processo (SCHAFRANSKI, 2005). Para dar voz ao coro acrescenta-se que

O estudo das raízes históricas da educação contemporânea nos mostra a estreita relação entre a mesma e a consciência que o homem tem de si mesmo, consciência esta que se modifica de época para época, de lugar para lugar, de acordo com um modelo ideal de homem e de sociedade (SAVIANI, 1991, p.55 apud SCHAFRANSKI, 2005, p. 102).

A educação, portanto, está a favor das propensões da sociedade, a qual determina os objetivos a serem alcançados através da ação de educar. E esta ação não pode ser executada e pensada de modo segredo, ou apenas com um retalho. Mas vista como um ato relacionado a demais fatores que englobam a vida do homem e que dependem um do outro para se obter o resultado esperado.

Pode-se dizer que a educação tende a acompanhar o desenvolvimento do capitalismo e as transformações criadas pelo mesmo. Esse sistema de educação, lamentavelmente, apenas reforça a influências das classes dominantes sobre o proletariado. Conforme Frigotto (1999)

[...] a perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital (FRIGOTTO, 1999, p.26 apud SCHAFRANSKI, 2005, p. 102).

Neste processo a educação se torna meramente técnica e mecânica, podendo ser comparada ao mundo de produção, e o aluno um produto elaborado para essa sociedade. Para Santomé (2011 apud SCHAFRANSKI, 2005) os conteúdos culturais que formam os currículos escolares são descontextualizados, distantes do mundo experimental dos alunos, e as disciplinas trabalhadas de forma isolada. Sendo assim, não se propicia uma educação baseada na realidade cultural dos alunos, e muito menos sujeitos capazes de transformar o meio social em que vivem.

Percebe-se, que essa demanda social se trata de uma consequência das articulações do capitalismo econômico e que exige da educação um serviço distante da sua real função.

Nessa perspectiva, a educação passa a ser vista, apenas em seu objetivo imediato de servir ao capital, encontrando-se atrelada ao setor produtivo, que em nome da "qualidade total", está levando as instituições educativas a uma descaracterização de sua função primordial, ou seja, o comprometimento com a formação integral dos indivíduos que lhes são confiados (SCHAFRANSKI, 2005, p. 108).

Os educandos estão sendo formados para reproduzir esse modelo de sociedade classista e individual, na qual os indivíduos atuam para se beneficiarem e, adaptarem-se às exigências do sistema.

Este novo modelo econômico exige quadros cada vez menores de trabalhadores que possuem tais habilidades: visão de totalidade, sensibilidade, espírito crítico, capacidade de trabalhar em grupo, flexibilidade, dentre outras. A escola já não é mais considerada o meio mais eficiente e ágil de socialização de conhecimentos, de desenvolvimento de habilidades, capacidades e competências sociais, requeridas em um tempo- espaço de acirramento de competição, tecnologização, da globalização do capital e do trabalho, em uma sociedade que constitui para alguns, como a sociedade da informação e conhecimento (SCHAFRANSKI, 2005).

2.1.1 A arte e a cultura como suportes para o desenvolvimento do conhecimento formal

Os alunos oriundos de famílias circenses são conhecedores de manifestações artísticas e também a praticam, tomado por referência o contexto em que estão inseridos, o circo. Entende-se que as escolas que recebem as crianças circenses podem associar o conhecimento à arte e a cultura. Para Lima (2007)

Na arte, o ser humano é visto como um ser integral, e a arte possibilita a vivência dessa integração entre corpo e mente, símbolo e matéria, significação e realidade, conhecimento e emoção, condição mesma para que a experiência estética da arte exista. Na educação ainda se busca esse "integral" e nos referimos ao aluno em seus aspectos emocional, cognitivo, social, afetivo e cultural. A arte se coloca na escola como um domínio que engloba formas de ação humanas necessárias para que o currículo leve, efetivamente, ao desenvolvimento humano. (LIMA, 2007, p. 20).

Como já mencionado por Schafranski (2005) a escola tem o compromisso com a formação integral dos indivíduos que lhe são confiados. Com isso, a escola pode utilizar a arte, já que a mesma possibilita o desenvolvimento humano.

Nesse processo importa-se em como cruzar componentes curriculares com atividades artísticas e currículo com cultura. Práticas culturais como danças, canções, manifestações coreografadas são oportunidades de desenvolvimento, que formam redes neuronais, as quais dão suporte à aprendizagem dos conteúdos escolares, e isto acontece pela interdisciplinaridade interna do cérebro. Este trabalho com valores culturais, resulta-se em mudanças de percepção de si próprio, a consciência como ser de cultura, que acolha a

diversidade na escola, uma vez que a escola não existe como uma instituição independente, mas inserida no tecido social com uma dimensão política que reflete na formação do ser humano. Salienta-se que os comportamentos que a criança leva de seu meio para a escola não são formas de ação que conduzam (necessariamente) à construção do conhecimento formal, por isso há comportamentos específicos a serem constituídos em sala de aula, mas o objetivo deles deve ficar claro para o aluno, para que ele desenvolva a consciência do conhecimento e de suas aplicações e implicações (LIMA, 2007).

Segundo Lima (2007, p. 23) “o desenvolvimento cultural dá suporte para a aprendizagem e apropriação dos conhecimentos formais e ele faz parte do acervo de memórias que podem originar a criação de novos conhecimentos.” Percebe-se que o conhecimento cultural adquirido pelo aluno circense em outras instituições- família, trabalho, igreja, clubes- é um componente que fortalece a estrutura e construção do conhecimento formal.

Entende-se que um dos problemas mais sérios da educação formal brasileira realizada na escola é a ausência da cultura brasileira, dessa forma, alienado das práticas culturais, o ensino acaba se afastando do universo simbólico dos alunos. E como os processos de aprendizagem e desenvolvimento humano são de natureza biológica e cultural, o afastamento da experiência de cultura acarreta dificuldades no processo de escolarização. Portanto, a escola pode utilizar atividades culturais como suporte ao ensino do conhecimento formal (LIMA, 2007). De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN

[...] a educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, que caracterizam um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana: o aluno desenvolve sua sensibilidade, percepção e imaginação, tanto ao realizar formas artísticas quanto na ação de apreciar e conhecer as formas produzidas por ele e pelos colegas, pela natureza e nas diferentes culturas. (BRASIL, 1997, p. 19).

Entende-se, que essa disciplina permite ao aluno relacionar-se com as demais disciplinas do currículo. Quando se conhece arte, pode estabelecer relações mais amplas ao estudar um determinado período histórico, ao exercitar a imaginação, estará mais habilitado ao construir um texto e a desenvolver estratégias para resoluções de problemas matemáticos. Na sociedade, a arte está associada com profissões exercidas em diversos ramos de atividades, neste caso, os circenses. Este conhecimento é necessário no mundo de trabalho e faz parte do desenvolvimento profissional dos cidadãos (BRASIL, 1997).

Ainda o PCN (Brasil, 1997, p. 33) “a arte é um modo privilegiado de conhecimento e aproximação entre indivíduos de culturas distintas, pois favorece o reconhecimento de

semelhanças e diferenças expressas nos produtos artísticos e concepções estéticas.” Afirma-se a necessidade de desenvolver a arte no contexto escolar, para que as crianças circenses sejam reconhecidas e tenham a oportunidade de apresentar sua cultura para os colegas e vice-versa.

A arte cênica torna-se um instrumento para favorecer atividades artísticas nas escolas que recebem crianças circenses.

O teatro, no processo de formação da criança, cumpre não só função integradora, mas dá oportunidade para que ela se aproprie crítica e construtivamente dos conteúdos sociais e culturais de sua comunidade mediante trocas com os seus grupos. No dinamismo da experimentação, da fluência criativa propiciada pela liberdade e segurança, a criança pode transitar livremente por todas as emergências internas integrando imaginação, percepção, emoção, intuição, memória e raciocínio. (BRASIL, 1997, p. 57).

Com isso, constata-se que a arte colabora para o desenvolvimento de diferentes atitudes requeridas e valorosas nos ambientes educacionais, e que socialmente significará a realidade vivenciada pelos educandos.

2.2 A Educação Inclusiva Circense

A escolarização das crianças circenses numa concepção inclusiva deve atender as especificidades dos discentes, relacionar os conteúdos com a prática social, e reverenciar as crenças e costumes, porque para Bergamo (2009, p.27) “é importante que os alunos tenham seu tempo, forma de pensar e sua cultura, respeitados.”

Com isso, a escola se depara com vários desafios, como redimensionar os projetos políticos pedagógicos, formação especializada dos docentes e oferecer uma educação de qualidade, que considere a riqueza das diversidades. E principalmente a permanência das crianças de circo na escola, sem exclusões ou segregações. Ainda Bergamo (2009, p.43) afirma que “busca-se, um ensino de qualidade que supere a exclusão escolar por meio de ações pedagógicas que visem não apenas o acesso do aluno à escola, mas sua efetiva permanência nela.”

Entende-se, ser ingenuidade pensar que a educação sempre foi vista nessa perspectiva de apoio aos alunos itinerantes. Alguns anos atrás, o alunado deveria estar preparado e capacitado para realizar as atividades acadêmicas. Nesse caso o mesmo, teria que adaptar-se às exigências do sistema, para estar inserido no contexto educativo. A busca pela valorização da diversidade reforçou a educação inclusiva, conforme os autores abaixo, quando afirmam que

[...] o fim gradual das práticas educativas excludentes do passado proporciona a todos os alunos uma oportunidade igual para terem suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular. O distanciamento da segregação facilita a unificação da educação regular e especial em um sistema único. Apesar dos obstáculos, a expansão do movimento da inclusão, em direção a uma reforma educacional mais ampla, é um sinal visível de que as escolas e a sociedade vão continuar caminhando rumo a práticas cada vez mais inclusivas. (STAINBACK; STAINBACK, 1999 apud BERGAMO, 2009, p. 44).

Portanto, a escola tem o compromisso de ser um espaço acolhedor com caráter coletivo e que tenha as prioridades estabelecidas, para se articular a autonomia e interação, em busca de hábitos democráticos. Bergamo (2001) afirma, que independente de condições sociais, físicas, intelectuais e outras, a escola tem a incumbência de acolher crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos desfavorecidos ou marginalizados, assim como as crianças artistas de circo.

2.2.1 A Cultura Circense

Uma grande parte da população já presenciou espetáculos circenses e consequentemente foram contagiados pela magia e a arte dos picadeiros. Mas foi apenas no século XVIII que surgiu o circo moderno, com seu picadeiro circular e a reunião das atrações que compõem o espetáculo ainda hoje. Segundo Bolognesi (2001 apud Xavier; Santos, 2009)

O atual modelo de circo surgiu no século XVIII e se consolidou no século XIX. O que existia até então era uma arte equestre desenvolvida nos quartéis ingleses. Diante de uma nova sociedade comercial e mercantil, essa arte estava perto do fim, juntamente com as artes dos saltimbancos. Dessa forma, esses grupos se aliaram e as apresentações equestres se uniram aos saltadores e acrobatas em um espaço fechado, onde antes eram as feiras de rua e assim passaram a cobrar ingressos (BOLOGNESI, 2001 apud XAVIER. SANTOS, 2009, p. 120).

Os circos na maioria dos casos são itinerantes e se deslocam de um local para o outro para a exibição dos espetáculos e podem ficar nas cidades durante meses, semanas ou até dias.

2.2.2 Aspectos Legais

O acesso e a permanência na escola são fundamentais para o desenvolvimento da formação básica e sócio educativa. É também um direito de todos e um dever do estado e da família, garantido pela Constituição Federal (Brasil, 1998, p.42) no Art. 205, “A educação,

direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Além disso, acrescenta-se mais uma alegação, quanto aos direitos dos estudantes itinerantes na Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil, por meio do Decreto nº 99.710, (Brasil, 1990, p.6) que no Art. 2º. II estabelece que “Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar a proteção da criança contra toda forma de discriminação ou castigo por causa da condição, das atividades, das opiniões manifestadas ou das crenças de seus pais, representantes legais ou familiares.”

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069 (Brasil, 1990. p. 16-17), também se coloca a favor da integridade das crianças e adolescentes. Em seu Art.17 relata “O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.”

Dessa forma, a responsabilidade de ingresso na Educação Básica, cabe também aos pais e/ou responsáveis, que têm obrigação legal de matricular seus filhos. Essa afirmação é regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no Art. 55, que “Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.”

Percebe-se, que esses determinantes legais acima citados, são elementos que demonstram a relevância que o poder público atribui às populações em situação de itinerância. E para complementar com mais afinco a garantia ao direito à educação de qualidade e adequada às crianças artistas de circo, segue a Resolução CNE/CEB 3/2012.*

Art. 1º As crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância deverão ter garantido o direito à matrícula em escola pública, gratuita, com qualidade social e que garanta a liberdade de consciência e de crença.

Parágrafo único. São considerados crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância aquelas pertencentes a grupos sociais que vivem em tal condição por motivos culturais, políticos, econômicos, de saúde, tais como ciganos, indígenas, povos nômades, trabalhadores itinerantes, acampados, circenses, artistas e/ou trabalhadores de parques de diversão, de teatro mambembe, dentre outros.

Art. 2º Visando à garantia dos direitos sócio educacionais de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância os sistemas de ensino deverão adequar-se às particularidades desses estudantes.

Art. 3º Os sistemas de ensino, por meio de seus estabelecimentos públicos ou privados de Educação Básica deverão assegurar a matrícula de estudante em situação de itinerância sem a imposição de qualquer forma de embaraço, preconceito

* Diário Oficial da União, Brasília, 17 de maio de 2012, Seção 1, p. 14.

e/ou qualquer forma de discriminação, pois se trata de direito fundamental, mediante auto declaração ou declaração do responsável.

§ 1º No caso de matrícula de jovens e adultos, poderá ser usada a auto declaração.

§ 2º A instituição de educação que receber matrícula de estudante em situação de itinerância deverá comunicar o fato à Secretaria de Educação ou a seu órgão regional imediato.

Art. 4º Caso o estudante itinerante não disponha, no ato da matrícula, de certificado, memorial e/ou relatório da instituição de educação anterior, este deverá ser inserido no grupamento correspondente aos seus pares de idade, mediante diagnóstico de suas necessidades de aprendizagem, realizado pela instituição de ensino que o recebe.

§ 1º A instituição de educação deverá desenvolver estratégias pedagógicas adequadas às suas necessidades de aprendizagem.

§ 2º A instituição de ensino deverá realizar avaliação diagnóstica do desenvolvimento e da aprendizagem desse estudante, mediante acompanhamento e supervisão adequados às suas necessidades de aprendizagem.

§ 3º A instituição de educação deverá oferecer atividades complementares para assegurar as condições necessárias e suficientes para a aprendizagem dessas crianças, adolescentes e jovens.

Art. 5º Os cursos destinados à formação inicial e continuada de professores deverão proporcionar aos docentes o conhecimento de estratégias pedagógicas, materiais didáticos e de apoio pedagógico, bem como procedimentos de avaliação que considerem a realidade cultural, social e profissional do estudante itinerante como parte do cumprimento do direito à educação.

Art. 6º O poder público, no processo de expedição do alvará de funcionamento de empreendimentos de diversão itinerante, deverá exigir documentação comprobatória de matrícula das crianças, adolescentes e jovens cujos pais ou responsáveis trabalhem em tais empreendimentos.

Art. 7º Os Conselhos Tutelares existentes na região, deverão acompanhar a vida do estudante itinerante no que se refere ao respeito, proteção e promoção dos seus direitos sociais, sobretudo ao direito humano à educação.

Art. 8º Os Conselhos da Criança e do Adolescente deverão acompanhar o percurso escolar do estudante itinerante, buscando garantir-lhe políticas de atendimento.

Art. 9º O Ministério da Educação deverá criar programas, ações e orientações especiais destinados à escolarização de pessoas, sobretudo crianças, adolescentes e jovens que vivem em situação de itinerância.

§ 1º Os programas e ações socioeducativas destinados a estudantes itinerantes deverão ser elaborados e implementados com a participação dos atores sociais diretamente interessados (responsáveis pelos estudantes, os próprios estudantes, dentre outros), visando o respeito às particularidades socioculturais, políticas e econômicas dos referidos atores sociais.

§ 2º O atendimento sócio educacional ofertado pelas escolas e programas educacionais deverá garantir o respeito às particularidades culturais, regionais, religiosas, étnicas e raciais dos estudantes em situação de itinerância, bem como o tratamento pedagógico, ético e não discriminatório, na forma da lei.

Art. 10 Os sistemas de ensino deverão orientar as escolas quanto à sua obrigação de garantir não só a matrícula, mas, também, a permanência e, quando for o caso, a conclusão dos estudos aos estudantes em situação de itinerância, bem como a elaboração e disponibilização do respectivo memorial.

Art. 11 Os sistemas de ensino, por meio de seus diferentes órgãos, deverão definir normas complementares para o ingresso, permanência e conclusão de estudos de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância, com base na presente resolução.

Art. 12 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2012, p. 1-2).

Toda essa resolução é um pilar que fortalece o direito à educação adequada às especificidades das crianças circenses. Na Constituição Federal (Brasil, 1988), identifica-se

mais um complemento imprescindível para o processo de aquisição de direitos educacionais no Art. 208, §1 “O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo.” De acordo com o §2 do citado Artigo “O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.”

Isto significa que o titular de um direito público subjetivo, pode exigir a efetivação imediata desses direitos. A Lei 1.079 de Abril (Brasil, 1950), no Art. 4, no seu inciso III, define como “crime de responsabilidade, aquele em que a autoridade venha atentar contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais. Nesse caso, o não oferecimento do ensino obrigatório ou oferta irregular do mesmo.”

Tais políticas educacionais têm o objetivo de suprir as reais necessidades das crianças de circos na instituição escolar, pois aborda a coexistência de diferenças e baseia-se na pluralidade dos homens. Pode-se afirmar que toda essa resolução é uma conquista na teoria, e um desafio na prática do docente, o qual ainda conta com o apoio e compromisso das famílias circenses.

Contudo, se a família não cumprir com o dever de colocar seus filhos na educação escolar, a mesma também responderá por crime de abandono intelectual, que está previsto no Código Penal (Brasil, 1940), Art. 246 “Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar: Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.”

Com isso, a família ou responsável, deve facilitar e propiciar o acesso a educação escolar de seus filhos ou pupilos. Pois os mesmos têm direitos que carecem de ser respeitados, para que a formação integral das crianças circenses não seja comprometida.

2.3 O Privilégio Cultural: família e escola como protagonistas

A escola é uma possibilidade de transformação de vidas, quando é democrática e suscita a equiparação do ensino e aprendizagem para os discentes, independente da classe social a qual pertence. Porém, percebe-se que está não tem sido a realidade presente nas escolas, pois conforme Frigotto (2005 apud ROCHA, 2005, p.99) “A escola é uma instituição social que mediante suas práticas no campo do conhecimento, valores, atitudes e mesmo por sua desqualificação, articula determinado interesses e desarticula outros.”

Percebe-se, então, que as palavras do autor ainda são condizentes com a realidade das escolas, que retratam um paradoxo entre autonomia e dependência não absolutas. Ora tem a finalidade de ser redentora das mazelas da sociedade, ora reprodutora das condições vigentes e determinantes sociais, ou uma possibilidade de ascensão democrática na sociedade. E esta

visão está relacionada aos interesses que cada um atribui as suas ações, quando se trata da escola atual.

Com embasamento em Saviani (2001), entende-se, que não é do interesse da classe dominante a transformação histórica da escola, pois, tem a diligência de conservar o seu domínio. Já em contradição, todavia mais pertinente as crianças circenses, o ideal será um modelo de escola que aborde e defenda, não somente os interesses dominantes, mas também aos anseios dos dominados, como segue a citação do próprio autor.

Do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade por meio da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino de melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. (SAVIANI, 2001, p.31).

A escola é concebida como palco de equilíbrio social, uma vez que sua função é resgatar os “marginalizados” e trazê-los de volta ao convívio socialmente harmônico. Uma corrente de pensamento, afirma que a escola reproduz a sociedade de classes e, por isso, reforça o modo de produção classista, as escolas tradicionais, novas e tecnicistas são exemplos dessa linha de pensamento. Nesse sentido a “marginalidade” é entendida como um fenômeno inerente à própria estrutura social, e a escola, como reprodutora, é apenas um dos reflexos dessa sociedade classista. Essa linha reprodutivista não propõe nenhuma pedagogia na prática, apenas afirma e justifica o fracasso escolar, devido à relação entre escola e sociedade (SAVIANI, 2001).

Partindo desse pressuposto, a iniciativa de reformular o sistema educacional para a descentralização do poder cabe também às famílias circenses. Esta deve se policiar com conhecimentos sobre os direitos educacionais que dispõe, para progredirem na luta contra a seletividade, a marginalidade e a discriminação das populações itinerantes.

Para que a criança se desenvolva em todos os aspectos de forma integral, e ainda corresponder às expectativas do sucesso escolar, família e a escola precisam construir um vínculo de parceria, cooperação e participação ativa. E isto envolve questões relacionadas a limites e autoestima

Na escola, a repercussão de uma criança que não recebeu limites pode se dar em termo de dificuldades com a aprendizagem, pois para aprender, uma pessoa necessita de atitudes que estão relacionadas à autonomia do pensar, à possibilidade de realizar coisas, além da compreensão de regras e procedimentos. A criança sem limites não quer fazer exercícios, não quer ouvir, não quer ler, acredita que os outros devem ler para ela, fazer para ela, ou ainda o que é pior, considerar que os que

propõem ações voltadas à sua aprendizagem estejam perturbando a sua paz. (PAROLIN, 2005, p. 56).

Percebe-se, então, a importância da família colocar limites e estabelecer regras de convivência, acompanhados de um clima afetivo. Como já mencionado a autoestima, o apreço, valorização e confiança que uma pessoa tem por si própria é um fator que influencia na aprendizagem. A autoestima é centro de grande parte das queixas relacionadas às dificuldades com a aprendizagem, e muitos pais e educadores esquecem-se daquela no momento de aprender e subestimam sua relevância (PAROLIN, 2005).

A arte de aprender acontece através de uma inter-relação entre aprendiz, ensinante e o objeto de conhecimento. Nessa arte, ambos integrantes são protagonistas de suas aprendizagens. Completa Parolin (2005, p.58) “esse protagonismo é cenário que dá continente a um sujeito que deseja aprender e ensinar, que desempenha um papel ativo na construção de suas aprendizagens, que se conhece, que sabe pensar e que traça seus próprios caminhos.”

Entende-se, que a família e a escola são produtoras de aprendizagem podendo ser propulsoras ou inibidoras dela. Com isso, é necessário que estas duas instituições acreditem na criança e em suas potencialidades, e permita o desenvolvimento dessas, sem cobrá-las ou expô-las às determinadas situações que não tenham condições de lidar. Enaltecendo adequadamente suas conquistas, dar limites às suas ações, e considerar as emoções, também é tarefa de pais e educadores, e essas atitudes fazem a diferença (PAROLIN, 2005).

A família, de modo consciente ou não, tende a exercer influência e está aliada com fatores negativos do processo de ensino e aprendizagem. O fracasso escolar, a repetência e evasão são exemplos que quando relacionados a fatores interpessoais, podem se acentuar. “Embora um sistema escolar transformador possa reverter esses aspectos negativos, faz-se necessário que a escola conte com a colaboração de outros contextos que influenciam significativamente a aprendizagem formal do aluno, incluindo a família” (FANTUZZO; TIGHECHILDS, 2000 apud DESSEN; POLONIA, 2007, p. 27).

Diante disso, para que haja uma colaboração recíproca entre esses dois segmentos sociais, a escola precisa ler a família, perceber sua essência e seu papel social (PAROLIN, 2005). Além disso, criar situações em que a família tenha a oportunidade de participar efetiva e espontaneamente das atividades escolares. Cada aluno traz consigo um capital cultural, saberes, valores, competências e crenças distintas, e todas essas características são herdadas do ambiente familiar (BOURDIEU, 2002). Para estes alunos, e aqui, especificamente os alunos oriundos de famílias circenses itinerantes, a escolaridade muitas vezes traz obstáculos

que os obriga a comprovar qualidades intelectuais com as quais, na maioria das vezes, não estão familiarizados.

Afirma Bourdieu (2002, p.42) que “Também compõe essa herança um certo *ethos* - “sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar.”

A formação e a cultura familiar, e as aquisições no âmbito escolar, poderão ser um ‘divisor de águas’ para a aquisição dos bens culturais, para que se possa acumular o capital cultural, viabilizando o êxito escolar e, conseqüentemente a ampliação de possibilidades de sucesso social no decorrer da vida.

Ao atribuir aos indivíduos esperanças de vida escolar, estritamente dimensionadas pela sua posição na hierarquia social, e operando uma seleção que – sob as aparências da equidade formal – sanciona e consagra as desigualdades reais, a escola contribui para perpetuar as desigualdades, ao mesmo tempo em que as legitima. Conferindo uma sanção que se pretende neutra, e que é altamente reconhecida como tal, as aptidões socialmente condicionadas que trata como desigualdades de ‘dons’ ou de mérito, ela transforma as desigualdades de fato em desigualdades de direito, as diferenças econômicas e sociais em ‘distinção de qualidade’, e legitima a transmissão da herança cultural. (BOURDIEU, 1999, p. 58).

As crianças circenses itinerantes, por exemplo, se apropriam de vários saberes e aptidões, devido ao fato, que possuem contato com diversas culturas, nações e exercem funções nos espetáculos dos circos. Mas, ao ingressarem em diferentes contextos escolares, percebe-se que esses saberes socialmente construídos não possuem o valor merecido. O sistema escolar, em vez de oferecer acesso democrático de uma competência cultural específica para todos, tende a reforçar as distinções de capital cultural de seu público. Agindo dessa forma, o sistema escolar limita o acesso e o pleno aproveitamento dos indivíduos pertencentes às famílias menos escolarizadas ou de outra cultura.

Nessa perspectiva os responsáveis pelos educandos devem adotar posturas positivas e cooperarem para o sucesso escolar. Segundo Sanders; Epstein (1999 apud DESSEN; POLONIA, 2007) supervisionar, acompanhar e propor estratégias que envolvem a disciplina e atividades lúdicas são meios que permitem aos familiares analisarem, identificarem e realizarem intervenções no processo de ensino e aprendizagem.

A integração entre a escola e a família é valiosa para o desenvolvimento da criança. E esta se torna real e concreta a partir do momento que a escola insere no seu projeto pedagógico um espaço para valorizar, reconhecer as peculiaridades, e desenvolver práticas educativas familiares. De modo a contribuir para a construção do conhecimento do aluno e

considerar as diferenças culturais, a formação cidadã e a valorização de ações e decisões coletivas (KRATOCHWILL (cols.) 2004; MARQUES, 2002 apud DESSEN; POLONIA, 2007).

Entende-se que a família é um alicerce para o trabalho da escola e vice-versa, e ambas devem ter os mesmos ideais e objetivos: a inserção e permanência da criança na escola, o respeito às particularidades socioculturais, políticas e econômicas e a aquisição de conhecimento com vistas a práticas sociais.

2.3.1 A família como contexto para o desenvolvimento humano

A família, uma unidade presente em todas as sociedades, que possui um papel relevante na educação e na formação cidadã dos indivíduos, é considerada como uma instituição social fundamental no processo de desenvolvimento humano. Segundo Kreppner (2000 apud DESSEN; POLONIA, 2007) a família tem a incumbência de transmitir valores, crenças, ideias, pensamentos e significados presentes na sociedade.

Esta instituição é um dos primeiros ambientes de contato e socialização da criança a partir de seu nascimento. E nessa perspectiva a criança tem a oportunidade de construir conhecimentos espontâneos, apropriar-se da linguagem, principalmente a oral, formar noções de ética, moral, enfim, apoderar-se de sua própria cultura e das influências culturais.

Como a primeira mediadora entre o homem e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva. (DESSSEN; POLONIA, 2007, p. 22).

Antes de ingressarem na escola as crianças recebem uma herança cultural de suas famílias e com isso atribuem significados e baseiam suas atitudes de acordo com as crenças e costumes já conhecidos e interiorizados no contexto familiar. Então, a criança tende a ser um espelho que reflete a imagem dos pais, ou aqueles responsáveis por ela.

Entende-se que os pais e familiares exercem grande poder de influência na construção do ser, de sua personalidade e de sua inserção no mundo social e do trabalho (TÁVORA, 2003; VOLLING; ELINS, 1998 apud DESSEN; POLONIA, 2007).

No ambiente familiar a criança tem a oportunidade de administrar e resolver conflitos, a controlar emoções, a expressar diferentes sentimentos, e lidar com diversidades e

adversidades da vida (WAGNER; RIBEIRO; ARTECHE; BORNHOLDT, 1999 apud DESSEN; POLONIA, 2007).

Todas essas aprendizagens concebidas no contexto familiar hão de contribuir espontânea e significadamente nas atitudes das crianças nos demais contextos sociais que estiverem inseridos. O contexto social está intimamente ligado às mudanças da sociedade, e a família por ser uma instituição social também está sujeita a transformações. Para Wagner; Halpern; Bornholdt (1999 apud DESSEN; POLONIA, 2007, p. 24) “Os padrões familiares vão se transformando e reabsorvendo as mudanças psicológicas, sociais, políticas, econômicas e culturais, o que quer adaptações e acomodações às realidades enfrentadas.”

Entende-se que essas mudanças podem ser benéficas as crianças circenses, desde que a família assegure o seu bem estar, um desenvolvimento saudável e ajustamento nos diferentes ambientes. O apoio parental em nível cognitivo, emocional e social, permite à criança desenvolver repertórios saudáveis para enfrentar as situações cotidianas. Como nem todas as famílias possuem esse perfil de rede de apoio funcional e satisfatória, a escola pode intervir oferecendo apoio, já que ocupa um lugar de destaque nas sociedades contemporâneas (EISENBERG; COLS, 1999 apud DESSEN; POLONIA, 2007).

2.4 A Educação formal das crianças circenses

Para entender sobre a realidade educacional das crianças circenses foram realizadas entrevistas com integrantes de famílias circenses. Essas entrevistas podem ser caracterizadas como um estudo de caso. E de acordo com Fialho; Neubauer (2012 apud SANTANA; BITENCOURT, 2012, p. 2) “de forma geral, visa proporcionar certa vivência da realidade, tendo por base a discussão, a análise e a busca de solução de um determinado problema extraído da vida real”. O que é reforçado por Marques (2006, p.55 apud SANTANA; BITENCOURT, 2012, p. 2) quando nos relata que o estudo de caso “consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições grupos ou comunidades como”.

Segundo Flávia Luciana Robotini, mãe de Guebel, onze anos de idade, há várias dificuldades encontradas em relação a matrícula dos filhos nas escolas, conforme relato oral abaixo:

“em alguns municípios a gente encontra muita dificuldade em questão da matrícula, as escolas alegam que não tem vaga, que as crianças são crianças temporárias, que não podem estudar naquela escola. Escola particular costumam também não querer aceitar.”

A mãe relata que além de receber recusas, outro empecilho encontrado é com a demora nas documentações fornecidas pelas escolas. Continua a mãe que

“eles não querem fazer a questão da documentação, só acham que tem que fazer uma simples declaração, e essa declaração ‘pra’ mim no fim de ano é impossível fazer um aluno passar de ano com declarações. O que a gente tem que fazer é o histórico escolar ser transcrito e a somativa de carga horária e dias letivos e a ficha individual do aluno. Então o que a gente ‘bate muito de frente’ nas secretarias das escolas é isso, as diretoras se recusam a fazer esse tipo de documentação.”

A entrevistada, ainda opina sobre o que se deve fazer para ter um atendimento ideal no caso dos circenses:

“O estado passar uma circular pra todas as escolas, as secretárias de educação e superintendência de cada escola passar a resolução da lei federal e como se é feita essa documentação de um aluno circense, pra não vir a ser prejudicado. Porque ele já prejudicado pelo fato de pegar cada semana um professor diferente, o método de ensino diferente, a matéria pode até ser decorativa, mas e o método de ensino, é completamente diferente de um professor para o outro.”

Ela ressaltou que conta com o apoio das escolas e relata como foi a recepção na escola em que seus filhos estão frequentando na atual cidade.

“A gente sempre conta com o bom-senso das escolas, cidades maiores, tem o conhecimento da lei federal que ampara os alunos, e dão apoio. Inclusive aqui na cidade, na escola que eles estão estudando, no Cônego de Abreu, a diretora, o diretor, se sensibilizou e tem o conhecimento da lei.”

Esta família, no caso específico, incentiva as crianças a frequentarem a escola e acompanha os estudos, por vários fatores:

“Porque quem me garante que meu filho amanhã queira não ser mais circense, queira ser um médico, um dentista [...] Então, você tem que incentivar o estudo, e uma principalmente a criança do circo, porque ela costuma receber nos espetáculos pessoas de todas as culturas, pessoas de todos os graus de escolaridade. Ele tem que saber falar, tem que saber se portar, ele tem que saber o que ele está falando, ele tem que ter o conhecimento, ele é um artista, ele está se apresentando. Então, o artista tem que saber lidar com o público, então o estudo é primordial pra uma criança circense, muito importante mesmo e os pais é claro, a gente tem que está acompanhando o estudo.”

Percebe-se que a criança circense ao chegar no ambiente escolar é o alvo de curiosidade dos demais colegas, muda o ritmo da sala e de modo inconsciente, torna-se mais um ato que

prejudica o ensino, nisso cabe as pais colaborar no ensino aprendizagem.

“Quando a criança circense chega, muda o ritmo da sala de aula, as crianças tem a curiosidade de saber. Então professor às vezes até para de ensinar aquela matéria pra conversar com a criança do circo, aí você vai resumir as horas de estudo que ele teve, quase nada. Então, realmente a gente tem que chegar em casa e pegar o caderno, ver o que a professora passou, tem tarefa, não tem tarefa, o que vamos fazer, o que não vamos fazer pra melhorar esse estudo, porque não é só a escola, a escola é a continuação da educação de casa e principalmente no circo.”

Para a criança circense que foi entrevistada, que também é equilibrista e palhaço do circo, há certa tristeza em deixar a escola, mas afirma que se acostumou com essa rotina:

“Ah bem, triste a gente fica às vezes. Ter que deixar os amigos, mas já faz parte da rotina e a gente com tempo, a gente acostuma. A despedida é legal, todo mundo dando tchau, presentes, recebi caixa de bombom, mas sempre eu volto às vezes.”

O menino Guebel, tem a noção da importância da escola para seu futuro e tem o desejo de seguir outra carreira:

“Eu gosto de ir até a escola, porque com a escola a gente vira uma pessoa no futuro, pode virar um médico, advogado, uma pessoa com um bom emprego no futuro. Eu acho que quero ser cirurgião, eu gosto de ser cirurgião.”

Ao ser questionado em escola está estudando Guebel se mostrou otimista:

“Eu estou estudando na Escola Professor João de Abreu Salgado. Hoje é meu primeiro dia, e estou esperando uma boa reação, que conversem comigo, sejam meu amigo e também nos ‘diverti’ muito.”

Percebe-se, que há uma necessidade cultural e educacional das crianças circenses serem incentivadas e frequentarem a escola. Mas o que requer muita atenção é em relação ao atendimento especializado na área administrativa e pedagógica das escolas, que como relatada em entrevista, tem deixado a desejar.

2.4.1 Desenvolvimento e Aprendizagem

A discussão em torno das teorias a serem utilizadas na prática educativa para se chegar ao objeto de desejo- aprendizagem significativa, compressão global dos conteúdos e a utilização desses nas práticas sociais é bastante ampla e, complexa. Diante disso, é importante

destacar que a aprendizagem ocorre através das interações com o outro, e para melhor reafirmar, utiliza-se a concepção, sócio interacionista baseadas nas ideias de Lev Vygotsky.

A esse respeito Vygotsky (apud OLIVEIRA, 1992, p. 34), diz que “a aprendizagem é que promove o desenvolvimento. É porque o sujeito aprende, porque ele faz coisas no mundo que faz com que ele aprenda é que ele se desenvolve”. A questão da aprendizagem e desenvolvimento está ligada e presente na vida do sujeito desde o seu nascimento. A criança aprende com suas experiências cotidianas, na convivência com seus familiares e na cultura acumulada historicamente.

Aprendizagem e desenvolvimento estão inter- relacionados desde o primeiro dia de vida da criança. A aprendizagem escolar nunca parte do zero, pois antes de seu ingresso na escola a criança vive uma série de experiências. Ela aprende a falar, nomeia objetos, conversa com adultos e companheiros, adquire informações, obtendo respostas às suas perguntas, imita comportamentos, realiza atividades com grandes quantidades e operações. Essa aprendizagem pré- escolar refere-se aos conceitos espontâneos que são formulados pela criança [...] (VYGOTSKY, 1979 apud FREITAS, 1999, p. 101).

Contudo, não basta apenas uma aquisição de conceitos espontâneos. Será necessária também a aquisição dos conceitos científicos que se dá na escola. Este é adquirido por meio de ensino, pelos processos deliberados de instrução escolar e considerado por Howe (1996 apud GASPAS; MONTEIRO, 2005) como

[...] todo conhecimento de origem formal, relacionado às ciências sociais, línguas, matemática, ciências físicas e naturais. São conhecimentos sistemáticos e hierárquicos apresentados e apreendidos como parte de um sistema de relações, ao contrário do conhecimento espontâneo, composto de conceitos não-sistemáticos, não-organizados, baseados em situações particulares e adquiridos em contextos da experiência cotidiana. (HOWE, 1996 apud GASPAS; MONTEIRO, 2005, p. 231).

Entende-se, que o conceito espontâneo pode ser aprendido na educação informal e, o conceito científico é aprendido na educação formal. Embora com direções opostas são processos que se relacionam, pois para criança captar o conceito científico é necessário que o conceito espontâneo esteja em certo nível, e posteriormente o primeiro complementa e concede meios para o desenvolvimento concreto do segundo (FREITAS, 1999).

É nesse contexto de níveis de aprendizagem, que será abordado um conceito elaborado e proposto por Vygotsky. Este, quando direcionado a educação, proporciona a construção e o desenvolvimento de uma aprendizagem fundamentada na relação e interação entre alunos, professores e colegas, o qual se chamou Zona de Desenvolvimento Proximal – ZDP.

De acordo com Antunes (2013) a Zona de Desenvolvimento Proximal é um espaço em que o aluno tem a oportunidade de construir um saber em uma proporção e de um modo que não seria capaz de ter individualmente. Desse modo, acrescenta Freitas (1999), tem-se o desenvolvimento real que são os processos que já amadureceram e o desenvolvimento potencial que são os processos ainda em formação.

Além do professor que tem o papel de mediar essa relação do aluno com o saber, os próprios alunos podem se tornar agentes de aprendizagem e pessoas responsáveis pela intervenção nas Zonas de Desenvolvimento Proximal dos colegas. Completa Antunes (2013) sobre essa intervenção que

[...] sempre acreditando que essa iniciativa deve partir dos mais bem preparados para os que revelam algumas dificuldades. Essa ação do professor é de indiscutível importância; um aluno jamais se transformará em um interventor consciente na ZDP de seu colega espontaneamente e nem será juntando-os em grupos para esta ou aquela atividade que essa intervenção será notada. O aluno interventor nesse caso necessitará ter consciência de sua ação e demonstrar interesse nessa atividade e deverá conhecer passos significativos que modelem sua ação e estes três requisitos jamais serão alcançados sem uma consciente orientação por parte de seus professores. (ANTUNES, 2013, p. 42-43).

Através da criação e intervenção na Zona de Desenvolvimento Proximal, o aluno que possui um conhecimento prévio (desenvolvimento potencial) como é o caso das crianças circenses, terão a possibilidade de consolidar e desenvolver a aprendizagem concreta (desenvolvimento real). Tornando-se autônoma e com a capacidade de formular ideias próprias sobre o objeto de estudo (ANTUNES, 2013).

O relacionamento interpessoal é nome que se atribui a relação de duas ou mais pessoas, o qual é marcado pelo contexto onde está inserido, nesse caso o contexto escolar. A relação interpessoal positiva no ambiente escolar contribui para a harmonia entre aluno e professor. Para Benjamin Franklin, o segredo para lidar com pessoas era não falar de nenhum homem, mas falar tudo de bom que souber de cada pessoa (CARNEGIE, 2003).

Ressalta-se, aqui, a observação feita por Carnegie (2003, p.57) que “Quando tratarmos com pessoas, lembremo-nos sempre de que não estamos tratando com criaturas de lógicas. Estamos tratando com criaturas emotivas, criaturas suscetíveis às observações norteadas pelo orgulho e vaidade.” O sucesso nas relações certamente está em lidar com as pessoas, ter um olhar altruísta e respeitar as diferenças, sem condenar o outro.

Ao invés de condenar as pessoas, procura-se compreender e descobrir por que fazem o que fazem. Está ação é muito mais benéfica e intrigante do que criticar, e ainda gera simpatia,

tolerância e bondade (CARNEGIE, 2003). É importante que aluno e professor não pensem apenas em suas qualidades, em seus desejos e interesses. Carnegie (2003, p.76) faz um aconselhamento para ambas as partes: “experimentemos descobrir as qualidades boas de um outro homem. Esqueçamos então a bajulação. Façamos um honesto e sincero elogio. Seja sincero na sua aprovação e pródigo no seu elogio e as pessoas prezarão suas palavras, guardando-as e repetindo-as durante toda a vida.”

Com isso, reflete-se que todas as ações devem ser em prol de uma eficaz e verdadeira relação de ajuda mútua. Para que tanto o professor e o aluno possam alcançar os objetivos educacionais e terem ciência que os dois são ao mesmo tempo: aprendizes e ensinantes em construção de saberes que são infinitos e, inerentes às diferenças.

Para Muller (2002, p. 276) “essa relação deve estar baseada na confiança, afetividade e respeito, cabendo ao professor orientar o aluno para seu crescimento interno, para fortalecer-lhe bases morais e críticas, não deixando sua atenção voltada apenas para o conteúdo a ser dado.” Entende-se que o professor precisa se preocupar com aspectos afetivos e emocionais, pois estes influem no processo de aprendizagem. A partir da afetividade o professor terá oportunidade de conhecer, trocar ideias e experiências com seus alunos, formando um vínculo de companheirismo que será refletido em sala de aula.

O professor poderá exercer a autoridade mesclando a com a afetividade e recorrendo ao diálogo. Para Freire (1996 apud MULLER, 2002) o fundamental é que tanto o professor quanto o aluno saibam que a postura deles é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada. O respeito mútuo é um ponto chave desta dialogicidade, e Muller (2002, p. 278) o caracteriza como “valorização de cada pessoa, independentemente de sua origem social, etnia, religião, sexo, opinião, é poder revelar seus conhecimentos, expressar sentimentos e emoções, admitir dúvidas sem ter medo de ser ridicularizado, exigir seus direitos.”

Percebe-se, que na relação entre aluno e professor ambos são agentes de aprendizagens, pois, enquanto o professor ensina, está continuando a aprender. Os dois agentes descobrem e produzem novos conhecimentos formais e informais, e ainda podem utilizá-los nas situações reais que o professor criar em sala de aula.

3 CONCLUSÃO

A educação está a favor das propensões da sociedade, mas ela não pode perder o foco de sua real função que é o comprometimento com a formação integral dos indivíduos. Pois é

necessário que a escola volte a ser considerada um meio de socialização de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e capacidades.

Percebe-se que na arte, o ser humano é visto como ser integral. A mesma é um modo privilegiado de conhecimento e aproxima os indivíduos de culturas diferentes, como os circenses itinerantes.

É oportuno dizer sobre as leis que amparam e mediam as crianças itinerantes, que elas são reais e em alguns momentos são colocadas em prática. Mas que falta um aperfeiçoamento tanto administrativo quanto pedagógico de profissionais capacitados para atender esse público.

Neste contexto, tanto o poder público, quanto a escola e família, possuem relevante participação e responsabilidade, pois trata de direitos e deveres obrigatórios garantidos por lei. Além de proporcionar o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Conclui-se, que a cultura circense é de grande valia para nossa sociedade, pois faz parte da nossa cultura brasileira. E para o ensino não se afastar do universo simbólico dos alunos, percebe-se a necessidade de desenvolver atividades culturais e artísticas para não acarretar dificuldades no processo de escolarização das crianças circenses em itinerância.

Entende-se a instituição família é o primeiro ambiente de contato e socialização da criança, por isso exerce grande poder de influência na construção do ser, de forma holística. A família precisa se policiar em relação aos conhecimentos dos direitos educacionais para exigir uma educação de qualidade para seus filhos ou pupilos.

Compreende-se que as escolas têm que estar preparadas para a educação formal e adaptação de crianças circenses itinerantes. E diante disso, o professor torna-se um integrante de suma importância, pois tem o dever de se preocupar com aspectos afetivos e emocionais, pois influenciam na aprendizagem e ainda orientar o aluno para seu crescimento interno, para o fortalecimento das bases morais e críticas.

Este trabalho requer mais estudos e aprofundamentos e ser mais discutido no meio acadêmico, para que aconteça uma socialização de conhecimento sobre a cultura circense, principalmente sobre a educação. As companhias de circos itinerantes precisam ser valorizadas e reconhecidas como, e ser percebida com um ato artístico e cultural.

FORMAL EDUCATION OF CHILDREN CIRCUS IN ROAMING SITUATION

ABSTRACT

This paper discusses the importance of education and integral formation and training of child of circus, which is inserted embedded in the context of contemporary society. Such an approach is necessary due to the fact that most of the time the children are traveling circus sometimes are excluded and segregated education in schools for lack of appropriate methodologies and school inclusion. The aim of this paper work is to discuss the laws that are in favor of itinerant children and verify its applicability in life of the same in the school environment, as well as identify potential obstacles in relation to education in schools. This purpose will be achieved through literature review and case study on circus area. With this article, carriers are stated to development of formal knowledge, the relevance of the family's position on school integration and what are the difficulties faced by this circus culture that needs to be valued and recognized as, and be perceived with an artistic and cultural act.

Keywords: *Contemporary Society. Circus Children. Inclusion.*

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Vygotsky, quem diria?!** Em minha sala de aula: fascículo 12. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BERGAMO, Regiane Banzatto. **Pesquisa e prática profissional: educação especial.** v. 1. Curitiba: Ibpx, 2009.

BRASIL, Resolução CNE/CEB 3/2012. **Define diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância.** Diário Oficial da União, Brasília, 17 de maio de 2012. Disponível em: <<http://mobile.cnte.org.br:8080/legislacao-externo/rest/lei/91/pdf>> Acesso em: 14 abr. 2015.

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____, Lei nº 8.069, de 13 de julho, e legislação correlata. **Estatuto da criança e adolescente (ECA)**, Brasília, 1990.

_____, Lei nº 1.079/50, de 10 de abril. **Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento**, 1950. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1079.htm> Acesso em: 14 abr. 2015.

_____, **Convenção sobre os Direitos da Criança.** Adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990. Disponível em: <https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf> Acesso em: 10 fev.2015.

BRASIL, **Código Penal**. Presidência da República. Estado da Guanabara, 1940.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (orgs). **Escritos de Educação**. Trad. Magali de Castro. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2002, p.70-79.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean Claude; PASSERON, Jean Claude. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CARNEGIE, Dale. **Como fazer amigos e influenciar pessoas**. 51. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano** [s.d]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>> Acesso em: 14 abr.2015.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **Vygotsky Bakhtin - Psicologia e educação: Um Intertexto**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Ática, 1999.

GASPAR, Alberto; MONTEIRO, Isabel Cristina de Castro. Atividades experimentais demonstrações em sala de aula: uma análise segundo o referencial da teoria de Vygotsky. In: **Investigações em Ensino de Ciências – V10(2)**, pp. 227-254, 2005. Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/ienci/artigos/Artigo_ID130/v10_n2_a2005.pdf> Acesso em: 01 mar.2015.

LIMA, Elvira Souza. **Currículo, cultura e conhecimento**. 1. ed. São Paulo: Inter Alia, 2007.

MULLER, Luiza de Souza. **A interação professor – aluno no processo educativo**. Disponível em: http://www.usjt.br/proex/arquivos/produtos_academicos/276_31.pdf Acesso em: 10 set. 2015.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Lev Vygotsky**. São Paulo: CEDIC, 1995. (Coleção Grandes Educadores)

PAROLIN, Isabel. **Professores formadores: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem**. 1. ed. Curitiba: Positivo, 2005.

ROCHA, Andréa Pires. **Palco de conflitos: Escola pública no capitalismo, aparelho hegemônico ou instrumento de contra- hegemonia?** Maringá, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: polêmicas do nosso tempo**. 34. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

SCHAFRANSKI, Márcia Derbli. **A Educação e as transformações da Sociedade**. Disponível em: http://revistas2.uepg.br/ojs_new/index.php/humanas/article/view/550/549 Acesso em: 12 ago. 2015.

SANTANA, Querollene Santos; BITENCOURT Ricardo Barbosa. **Acesso à educação escolar por crianças circenses:** Um estudo de caso realizado em Petrolina – PE. Disponível em: <http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/view/2768>. Acesso em: 31 out. 2015.

XAVIER, Gláucia do Carmo; SANTOS, Anderson Avelino de Oliveira. **Exclusão escolar e a criança de circo.** Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/49>. Acesso em: 27 out.2015.

APÊNDICE I

QUESTIONÁRIO 1

1- Qual seu nome, idade e sua cidade natal?

Meu nome é Guebel Robatini Estevanovich, tenho 11 anos e minha cidade natal é Pouso Alegre, MG.

2- Você gosta de ir até a escola? Se sim, por quê?

Eu gosto de ir até a escola, porque com a escola a gente vira uma pessoa no futuro, pode virar um médico, advogado, uma pessoa com um bom emprego no futuro.

3- Os colegas te recebem bem?

Sim, recebem. Mas no dia que chega, tipo dá um nervoso e quase ninguém fala com você. Mas depois uns dois, três dias, você começa a fazer amizade, começa a conversar com os amigos, começa a brincar com eles.

4- Como os professores são com você?

É todos até agora me trataram bem, não teve racismo, nem nada, sempre me trataram bem, me ajudaram e sempre brincou comigo também a maioria das vezes.

5- Você acha as disciplinas difíceis?

Não, não acho muito difícil não. Têm algumas sim que são difíceis e outras que não, mas a maioria não acho muito difícil. A que tenho mais dificuldade é matemática.

6- Você já sentiu triste alguma vez por ter que deixar a escola?

Ah! Bem, triste a gente fica às vezes. Ter que deixar os amigos, mas já faz parte da rotina e a gente com tempo, a gente acostuma. A despedida é legal, todo mundo dando tchau, presentes, recebi caixa de bombom, mas sempre eu volto às vezes.

7- Qual profissão você quer exercer?

Eu acho que quero ser cirurgião, eu gosto de ser cirurgião, sempre quis ser cirurgião mesmo.

8- Você gosta de viajar, conhecer pessoas ou queria viver apenas em uma cidade?

Eu gosto de viajar e conhecer outras pessoas novas, conhecer mais amigos, mais cidades, é legal, a rotina é bem... bem legal.

9- Você faz parte do espetáculo do circo?

Sim, eu sou equilibrista e o palhaço do circo. Eu gosto de ser o palhaço, é bem divertido, você faz as pessoas rirem.

10- Algum colega, professor ou funcionário da escola já te tratou mal, por você ser de família circense?

Não, não me trataram mal ainda. Sempre falaram bem de mim, é sempre conversaram comigo, brincavam comigo, mas nunca me trataram mal.

11- Nesse momento em qual escola você está estudando?

Eu estou estudando na Escola Professor João de Abreu Salgado. Hoje é meu primeiro dia, e estou esperando uma boa reação, que converse comigo, seja meu amigo e também nos diverti muito.

APÊNDICE II

ENTREVISTA COM FLÁVIA LUCIANA ROBATINI

Oi, meu nome é Luciana Robatini. Eu sou a mãe do Guebel e da Brenda Lee, são os menininhos do circo, nós somos circenses, a sexta geração da família Robatini em circos. E a questão da escola que é uma curiosidade geral, de várias que sempre procurar a gente pra saber, entrevistas e é bom o trabalho de vocês 'pra' ser divulgado realmente essa questão da escolaridade infantil circense. Porque em alguns municípios a gente encontra muita dificuldade em questão da matrícula, as escolas alegam que não tem vaga, que as crianças são crianças temporárias, que não podem estudar naquela escola. Escola particular costumar também não querer aceitar e existe essa Lei Federal desde 1829, que ampara os alunos circenses, inclusive tem uma resolução específica aqui no Estado de Minas Gerais dessa Lei. Aí eles não querem fazer a questão da documentação, só acham que tem que fazer uma simples declaração, e essa declaração pra mim no fim de ano é impossível, fazer um aluno passar de ano com declarações.

O que a gente tem que fazer é o histórico escolar ser transcrito e a somativa de carga horária e dias letivos e a ficha individual do aluno. Então o que a gente bate muito de frente nas secretárias das escolas é isso, as diretoras se recusam a fazer esse tipo de documentação. Elas alegam que pela lei a gente tem 30 dias. Mas a gente conta com o bom senso da escola também, porque como um aluno circense vai esperar trinta dias para pegar um histórico escolar? Se o circo fica de quatro em quatro dias em cidade. O circo muda 54 cidades por ano, o circo passa 54 cidades por ano, já pensou se eu fosse esperar 30 dias em cada cidade dessas? Quanto tempo eu vou conseguir pegar um histórico escolar? Jamais. Então a gente sempre conta com o bom-senso das escolas, cidades maiores, tem o conhecimento da Lei Federal que ampara os alunos, e dão apoio. Inclusive aqui na cidade, na escola que eles estão estudando, no Cônego João de Abreu, a diretora, o diretor, se sensibilizou e tem o conhecimento da lei. Então o que a gente luta muito essa questão da criança circense, é pra que todas escolas recebessem uma circular da corregedoria de ensino pra saber como que se faz documentação, entendeu. Aí facilitaria não só a vida da criança do circo, de policiais militares também, as transferências, as pessoas de parque, ciganos, você está entendendo. Não é só o circo que a criança estuda itinerante, tem várias.

Então, se a corregedoria de ensino mandasse uma circular para o Estado de Minas Gerais, seria mais fácil, colocando as diretoras e as secretárias que mexem com a

documentação a par de como se é feita essa documentação, pra não acontecer como já aconteceu com a gente chegar no final do ano, a última escola pegar a documentação falar: está tudo errado essa documentação, a senhora tem que ir de escola em escola pra arrumar essa documentação, se não a criança não vai fechar o ano. E como é que você consegue fazer isso? É impossível, não tem como, você está entendendo? Então o que eu acho não sou eu que tenho que chegar também e, ficar ensinando as diretoras da escola, pra isso existe a superintendência de ensino, existe a Secretária De Educação. Então eu acho que seria o certo, o ideal seria esse. O Estado passar uma circular pra todas as escolas, as Secretarias de Educação e superintendência de cada escola passar a resolução da lei federal e como se é feita esse documentação de um aluno circense, pra não vir a ser prejudicado, porque ele já prejudicado pelo fato de pegar cada semana um professor diferente, o método de ensino diferente, a matéria pode até ser decorativa, mas e o método de ensino, é completamente diferente de um professor para o outro.

Já não tem aquela atenção merecida à criança porque vem de fora e fica quatro dias em cada cidade, então já tem essa dificuldade, o professor tem 30 aluno dentro da sala de aula, chega um de fora que vai ficar um final de semana, eu acho que é impossível ele dá aquela atenção pra aquele aluno temporário. Então vai passando, vai jogando pra frente o aluno, você entende, então é essa a dificuldade do aluno circense.

Então, no circo da 'Companhia Robotini', somos a sexta geração. Aqui neste circo são dezessete pessoas da mesma família, a questão aqui da pergunta que você colocou: Vocês incentivam as crianças a frequentar a escola? Sim, com certeza. Porque quem me garante que meu filho amanhã queira não ser mais circense, queira ser um médico, um dentista, entendeu. Só que pra isso ele precisa de estudo, até hoje em dia pra você arrumar um emprego hoje na cidade de gari você precisa ter o primeiro grau completo. Então, você tem que incentivar o estudo, e uma principalmente a criança do circo, porque ela costuma receber nos espetáculos pessoas de todas as culturas, pessoas de todos os graus de escolaridade. Ele tem que saber falar, tem que saber se portar, ele tem que saber o que ele está falando, ele tem que ter o conhecimento, ele é um artista, ele está se apresentando. Então, o artista tem que saber lidar com o público, então o estudo é primordial pra uma criança circense, muito importante mesmo e os pais é claro, a gente tem que está acompanhando o estudo, por que, é o que estava comentando.

Os professores quando chegam na escola dão atenção para as crianças sim, mas existem 30 alunos, 27 alunos dentro de um sala de aula, uma criança circense chega pra ficar quatro dias, um final de semana, então o professor não tem como dar uma atenção diferenciada pra aquele aluno. Além do que, quando a criança circense chega muda o ritmo da sala de aula, as crianças têm a curiosidade de saber. Então professor às vezes até para de ensinar aquela matéria pra conversar com a criança do circo, aí você vai resumir as horas de estudo que ele teve, quase nada. Então, realmente a gente tem que chegar em casa e pegar o caderno, ver o que a professora passou, tem tarefa, não tem tarefa, o que vamos fazer, o que não vamos fazer pra melhorar esse estudo, porque não é só a escola, a escola é a continuação da educação de casa e principalmente no circo.

A questão do circo, a cultura hoje do Brasil, o circo está sendo muito esquecido por parte das autoridades. Por quê? Existem tem sim as leis de incentivo a cultura, só que são projetos, projetos que os circenses têm que fazer, apresentar para o governo e dentro desses cinquenta, cem projetos são sorteados por pontos, vinte projetos apenas. Tem pessoas de circo que não tem acesso a internet hoje, por mais que seja natural a internet, tem cidade que não pega internet e tem pessoas às vezes do circo que não sabe, não tenho o conhecimento de fazer um projeto na linguagem do projeto, você está entendendo? Por que é um projeto de uma lei de uma Petrobrás, uma multinacional que você vai conseguir a verba, você tem que ter o conhecimento pra fazer esse tipo de projeto, tem pessoas que não tem. Então os circos menores são prejudicados, os circos maiores contratam uma firma pra fazer esse tipo de projeto.

Agora, gente, circo menor não tem essa condição, você está entendendo? Então, a gente até faz projetos, mas é o que eu falo. O que adianta você ganhar um projeto de trinta, cinquenta, cem mil reais pra comprar o material do circo, se você chega na cidade não tem terreno pra montar. O que adianta eu ter uma lona de cem mil reais, e eu chego na prefeitura, o prefeito falar: aqui eu não quero circo, não tem espaço pro circo, o lojista não quer, a CDL não quer o circo na época de fim de ano, então o que eu vou fazer com o cem mil que eu ganhei do governo pra comprar a minha lona? Eu vou montar a lona onde? Eu vou trabalhar onde? Se não tem incentivo da prefeitura do município, eu acho que todo município tinha que ter um espaço cultural pra ser montado o circo, e o circo que seria contra partida desse espaço, com ponto de uma água de uma luz, banheiros, não só para os artistas do circo, que tem suas moradias, mas para os frequentadores, o publico do circo, que é o mais importante, por que o circo vive pelo público, então o circo tem que ter uma estrutura para receber o publico na

cidade, agora como a prefeitura vai jogar o circo num terreno todo cheio de lixo, num terreno caído, você com seu filho num local assim sem segurança? Você não vem.

Então o que acontece se uma prefeitura fizesse um lugarzinho, como existe o parque de exposição pra festa do peão, por que não tem um espaço pro circo? Que é uma cultura, circo é um patrimônio cultural brasileiro hoje, então o que a prefeitura tinha que fazer nos damos o espaço pro circo, agora nos queremos que uma contra partida, vamos levar as escolas num espetáculo gratuito, beneficente, a APAE, o asilo que os velhinhos do asilo merecem uma diversão. Aí sim é contra partida do circo, o circo tem obrigação na cidade de fazer ação social, entendeu. Aonde o filho do juiz vai ter a oportunidade de assistir um espetáculo ao lado do filho de um gari, o mesmo espetáculo com a mesma qualidade, sem a diferença social, por que o circo é a realidade, no circo não tem diferença, o circo não tem diferença.

O mesmo espetáculo todas as pessoas tem acesso ao espetáculo circense, o circo não tem a droga, não tem a bebida, o circo é um espetáculos que você entra com seu filho você não tem medo de assistir aquele espetáculo como você tem medo de ligar uma televisão hoje colocar numa novela, uma cena de sexo, no circo você não vai ver isso, você entendeu. Então, essa parte realmente as pessoas do circo hoje em dia são muito discriminadas mesmo, a é do circo, aconteceu alguma coisa, a é o pessoal do circo, por quê? É isso que acontece claro tem cidades que recebem o circo bem, tem cidades que não, por isso que eu acho que o governo e as leis municipais teriam que diferenciar o circo por que eles colocaram o circo no evento temporário, o circo hoje pra tudo, você vai tirar um alvará na prefeitura, chama-se evento temporário, o circo não é um evento, é a minha profissão, eu não estou de evento no circo, eu estou no meu trabalho, na minha profissão.

Então não posso ser tratado como evento temporário, então as leis municipais tinham que ser diferenciadas para evento temporário. Evento temporário é o show do Zezé Di Camargo e Luciano, que ele chega aqui e monta palanque dele, o palco e vai trabalhar ganhar o cache já da cidade, o circo não. O circo tem trabalho, têm os trabalhadores, contrata as pessoas da cidade o circo gera dinheiro, renda pra cidade também, por que eu vou comprar no supermercado local, eu não vou em outra cidade gastar, como o público compra meu ingresso eu compro pão na padaria, eu compro a carne do açougue local, e eu vou fazer compra no supermercado. Eu levo meus filhos na escola, pago meu imposto do município do meu alvará de funcionamento, então eu também estou deixando alguma coisa no município, eu não estou levando, além de deixar um espetáculo de qualidade cultural, e é um trabalho.

APÊNDICE III

FOTOS



GUEBEL ROBATINI ESTEVANOVICHI



FLÁVIA LUCIANA ROBATINI
e a pesquisadora Arianne Munhós de Oliveira